



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

Av. Brasil Nº 1059- Bairro Bom Jesus – Apiacás/MT
CNPJ: 01.321.850/0001-54

PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo n.º 001/2026;
Inexigibilidade de Licitação n.º 001/2026;
Contratação de pessoa jurídica, para prestação de serviços técnicos especializados de assessoria administrativa em gestão pública, compreendendo orientação técnica, apoio consultivo, análise e acompanhamento de procedimentos administrativos, elaboração de pareceres e suporte à tomada de decisões administrativas, bem como, de forma excepcional e subsidiária, a representação judicial do município de Apiacás/MT: Objeto;
Secretário de Administração: Solicitante;
Administração Pública Municipal: Interessada;
Solicitação de Parecer Jurídico: Assunto.

Vistos etc...

Cuida-se de consulta com solicitação de Parecer Jurídico, por escrito, oriundo do Secretário Municipal de Administração do Município de Apiacás-MT, no sentido da possibilidade de ser considerada inexigível a contratação de pessoa jurídica, para prestação de serviços técnicos especializados de assessoria administrativa em gestão pública, compreendendo orientação técnica, apoio consultivo, análise e acompanhamento de procedimentos administrativos, elaboração de pareceres e suporte à tomada de decisões administrativas, bem como, de forma excepcional e subsidiária, a representação judicial do município de Apiacás/MT.

No exame dos autos, verifica-se que o processo encontra-se regularmente instruído, observando as etapas exigidas pela legislação vigente, notadamente: solicitação formal da Secretaria requisitante, Documento de Formalização da Demanda (DFD), Estudo Técnico Preliminar (ETP), Termo de Referência, Justificativa da Inexigibilidade, Razão da Escolha do Contratado, Justificativa do Preço, bem como Atestado de Capacidade Técnica apto a comprovar a notória especialização do contratado.

Constata-se que o objeto da contratação possui natureza técnica especializada e predominantemente intelectual, não se tratando de atividade rotineira ou passível de julgamento objetivo por critérios de competição tradicional, circunstância que inviabiliza a competição útil, nos termos exigidos pelo art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

Av. Brasil Nº 1059- Bairro Bom Jesus – Apiacás/MT
CNPJ: 01.321.850/0001-54

A motivação apresentada pela Administração demonstra, de forma adequada, que a contratação externa se justifica, ainda, pela inexistência de Procuradoria Municipal estruturada e suficiente para absorver a totalidade das demandas administrativas e judiciais, contando o Município, atualmente, com apenas um advogado efetivo recém-empossado. Nesse contexto, a atuação externa revela-se excepcional, transitória e subsidiária, não configurando substituição indevida de carreira típica nem afronta ao princípio do concurso público.

Registra-se que a escolha do contratado está devidamente fundamentada na notória especialização, comprovada por meio de atestado de capacidade técnica expedido por consórcio público, bem como na experiência comprovada na prestação de serviços técnicos especializados junto à Administração Pública, atendendo aos princípios da eficiência, continuidade administrativa e interesse público.

Quanto ao aspecto econômico, a justificativa do preço demonstra compatibilidade com os valores praticados no mercado para serviços de natureza similar, encontrando-se o valor ajustado abaixo da média de preços usualmente praticada, o que evidencia observância aos princípios da razoabilidade e da economicidade.

De outro norte, como é cediço, tanto na doutrina quanto na jurisprudência pátria, ressalta também, que só existe competitividade quando houver mais de uma possibilidade de contratação, tanto no que se refere ao objeto (mais de um), quanto no que concerne ao fornecedor (mais de um). Assim, tem-se que a licitação é um instrumento para a consecução de um fim, qual seja, o atendimento satisfatório do interesse público.

Por conta do dito acima, quando constatado, diante das características do caso concreto, que a licitação não é o meio apto para alcançar a finalidade pública, ela deverá ser afastada, sob pena de frustração do fim último a que se serve o Estado: atendimento do interesse público.

Nesta senda é o posicionamento do professor Marçal Justen Filho. Vejamos:

No entanto, existem hipóteses em que a licitação formal seria impossível ou frustraria a realização adequada das funções estatais. O procedimento licitatório normal conduziria ao sacrifício dos fins buscados pelo Estado e não asseguraria a contratação mais vantajosa.

Destarte, muito embora a licitação seja um dever imposto constitucionalmente, ela deverá ser afastada nas hipóteses de inviabilidade de competição. Isso porque, se a licitação tem por fim selecionar a proposta mais vantajosa dentre as existentes no mercado, verificada a inexistência de pluralidade de fornecedores e/ou de produtos/serviços ou, ainda, a impossibilidade de prestação dos serviços por outras empresas, *in casu*, não há razão lógica para a sua instauração.

Neste sentido é a previsão do *caput* e, precisamente, do inciso III, alínea “c”, do art. 74, da Lei Federal n.º 14.133/2021, com a seguinte redação:



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

Av. Brasil Nº 1059- Bairro Bom Jesus – Apiacás/MT
CNPJ: 01.321.850/0001-54

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias.

Em suma, dadas às informações, pode-se concluir que o caso em análise, o procedimento licitatório é materialmente impossível, na medida em que não será eficaz para o atendimento do interesse público.

Com efeito, evidencia-se a inviabilidade em se contratar o serviço em questão por meio da realização de processo licitatório, em razão da impossibilidade técnica, devido que a empresa é especializada na assessoria administrativa em gestão pública, compreendendo orientação técnica, apoio consultivo, análise e acompanhamento de procedimentos administrativos, elaboração de pareceres e suporte à tomada de decisões administrativas, bem como, de forma excepcional e subsidiária, a representação judicial do município de Apiacás/MT, fato este que impede, terminantemente, a prestação dos serviços por outra empresa.

Inobstante, adverte este Advogado do Município, que os documentos necessários para a habilitação do proponente, exigidos pela Lei Federal n.º 14.133/2021, deve ser também observado pela Administração, todavia, poderão ser dispensados, no todo ou em parte, sob critérios de juízo de conveniência e oportunidade do Poder Público, exceto aqueles de caráter obrigatórios, dispensados estes também, quando se tratar de exclusividade na aquisição ou na prestação dos serviços, nos casos de extrema necessidade do fornecimento, e, ainda, em circunstâncias onde foi determinado o cumprimento liminar de ordem judicial já deferida. E, sempre, com a existência de recursos orçamentários e financeiros para a realização da despesa.

No que tange a Minuta do Contrato Administrativo encartada as fls. dos autos, verifica-se que estabelece com clareza e precisão as condições para a execução do contrato, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, como prescreve o art. 89, da Lei das Licitações e Contratos Administrativos, bem como estão constantes todas as cláusulas necessárias elencadas nos incisos do art. 92, do mesmo diploma legal acima mencionado, razão pela qual entendo que a Minuta também guarda regularidade com o disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021, motivo pelo qual pode ser adotada.

Cumprido deixar frisado também, que a emissão das manifestações jurídicas constantes da presente peça, estão embasadas em tese aceitável e/ou alicerçadas em lição de doutrina e jurisprudência, que atende ao princípio da motivação e confere segurança jurídica aos Administradores Públicos na tomada das decisões de sua competência.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

Av. Brasil Nº 1059- Bairro Bom Jesus – Apiacás/MT
CNPJ: 01.321.850/0001-54

No entanto, o Advogado do Município responsabiliza-se tão somente pela interpretação dos documentos que lhe foram disponibilizados para sua análise e emissão do parecer. Caso a recomendação do jurídico não seja cumprida em sua totalidade, segundo entendimento da jurisprudência sobre o tema, a permanência das disposições repudiadas será de responsabilidade dos Administradores Públicos que anuíram com o ato.

Consigno ademais, que a presente análise diz respeito exclusivamente aos aspectos legais e formais da pretendida contratação, não abrangendo questões outras, tais como de ordem técnica, econômico-financeira, conveniência e oportunidade administrativa, eis que afeitas aos Secretários Municipais requisitantes e ao Chefe do Poder Executivo. Portanto, está excluída da análise deste parecer a verificação da compatibilidade dos preços fixados no ato de inexigibilidade de licitação com os de mercado, já que estes são objeto de pesquisa e de valoração exclusiva do setor técnico competente da Municipalidade, e, o presente Parecer Jurídico é de caráter meramente opinativo, sem qualquer conteúdo decisório, haja vista a não configuração deste como ato administrativo.

DIANTE DO EXPOSTO, uma verificada a legalidade e regularidade da contratação direta pela forma de inexigibilidade de licitação, ante a comprovada inviabilidade de competição, OPINO pela possibilidade da contratação, a luz da legislação em vigor, com fulcro no art. 74, caput, e, em especial, no seu inciso III e alínea “c” da Lei Federal nº. 14.133/2021, da empresa, DIONIR ADRIANO CONTREIRA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, para fins de prestação de serviços de assessoria administrativa em gestão pública, compreendendo orientação técnica, apoio consultivo, análise e acompanhamento de procedimentos administrativos, elaboração de pareceres e suporte à tomada de decisões administrativas, bem como, de forma excepcional e subsidiária, a representação judicial do município de Apiacás/MT.

É O PARECER QUE SUBMETO, *SUB CENSURA*, À CONSIDERAÇÃO DO ILUSTRÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO; E, EM ÚLTIMA INSTÂNCIA, DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO.

Apiacás-MT, 21 de janeiro de 2026.

DAVID DE SOUZA SILVA
OAB/MT n.º 32.736/O
Advogado do Município
Portaria Municipal n.º 284/2025
Poder Executivo – Apiacás/MT